



Vínculos sociais, pobreza e reconhecimento: um estudo a partir de entrevistas sobre trajetória de vida no Brasil

Emerson Ferreira Rocha e Sayonara Leal*

Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Asa Norte, 70910-900, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *Autor parra correspondência. E-mail: sayoleal@gmail.com

RESUMO. Esse trabalho parte de um estudo empírico sobre condições de vida de pessoas de baixa renda, inspirado na teoria dos vínculos sociais. O material analisado consiste em entrevistas de trajetórias de vida com pessoas que recebem até um salário-mínimo. Essas entrevistas foram realizadas entre 2015 e 2016, no âmbito da pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* [IPEA] (2016). Até onde sabemos, trata-se da única base de dados nacional com entrevistas desse tipo. A partir do método da análise de conteúdo, as narrativas foram inspecionadas de modo a identificar quatro tipos de laços sociais: filiação, participação eletiva, participação orgânica e cidadania. A análise do material empírico corrobora a proposta teórica, lançada no artigo, de se tratar a pobreza como um amplo regime de incapacidades. Num nível mais específico, os resultados apontam para uma centralidade ambivalente dos vínculos laborais, que se revelam, a um só tempo, como principal via para a autorrealização e como fonte de instabilidade, ressentimento e insegurança. A acumulação de vínculos sociais fracos gera uma integração social restrita, marcada por déficits de proteção e reconhecimento.

Palavras-chaves: vínculos sociais; pobreza; reconhecimento, proteção, trajetórias de vida.

Social ties, poverty and recognition: a study based on interviews about life trajectories in Brazil

ABSTRACT. This paper addresses the life and social experience of low-income people in Brazil, based on a theory of social bonds. The material consists of a set of twenty qualitative interviews with people earning up to one minimum-wage per month. The interviews last, on average, two hours and were undertaken by the National Institute for *Applied Economic Research* [IPEA] (2016), in a nation-wide qualitative survey about social inequality and life conditions. The material was content analyzed considering four categories of social bond: the lineal bond, the elective participation bond, the organic participation and the citizenship bond. The results show that organic participation, along with lineal bond, play a key, albeit ambivalent role. On the other hand, citizenship bond is mostly characterized by experiences of misrecognition and lack of protection. Elective participation bonds are barely resourceful, yet they play an important role in individual attempts to fight poverty. The consequences for the relationship between social inequality and social regulation are discussed.

Keywords: social ties; poverty; recognition, protection, life trajectories.

Received on September 02, 2023.

Accepted on November 10, 2023.

Introdução

Este trabalho traz um estudo empírico sobre situações de pobreza inspirado na articulação entre a teoria dos vínculos sociais e a do reconhecimento. Quanto à primeira, trata-se de um desdobramento do argumento durkheimiano de que os conteúdos normativos na vida social se atualizam (e se modificam) mediante padrões de interação institucionalizados, a partir dos quais viabiliza-se a solidariedade enquanto fundamento antropológico do mundo vital (Guimarães, Paugam & Prates, 2020). Já em relação à segunda, referimo-nos ao postulado segundo o qual, para lançar ideais de vida mais justa em sociedade, é decisivo partir das concepções de boa vida dos sujeitos. Concepções que, por sua vez, desenvolvem-se a partir das experiências concretas de amor, tratamento jurídico e ético, e estima social (Honneth & Anderson, 2011).

Na verdade, como exposto mais abaixo, a teoria dos vínculos sociais propõe observar como conteúdos normativos se desdobram nas interações a partir de duas dimensões das relações sociais: o reconhecimento

(para quem se conta, ou se importa, enquanto pessoa ou reconhecido por quem e por qual instituição) e a proteção (com que ou com quem se conta para confrontar os riscos do cotidiano). (Paugam, 2017a; Serra & Bicudo, 2019). Um aspecto fundamental dessa proposta é que o reconhecimento e a proteção são compreendidos tanto em termos dos diferentes ambientes institucionais de uma sociedade funcionalmente diferenciada (sociedade civil, mundo do trabalho, comunidade ou família), como também em termos da sua força (ou fraqueza) e estabilidade (ou instabilidade). O que se vislumbra nesse artigo, portanto, é a ideia de que a teoria dos vínculos sociais oferece os recursos conceituais para a adequada operacionalização de alguns postulados da teoria do reconhecimento, quando aplicados ao estudo de contextos práticos de vida em sociedades complexas, como a brasileira.

A teoria dos vínculos sociais refere-se, explicitamente, à noção de reconhecimento, tratando-a, ao lado da proteção, como uma das dimensões desses vínculos. Basicamente, a dimensão do reconhecimento remete à atribuição de um valor intrínseco a pessoas ou grupos numa situação de interação. A depender do contexto institucional, essa interação pode ser presente ou remota, direta ou mediada. Por exemplo: nos vínculos de filiação as interações são diretas e predominantemente presentes, enquanto nos vínculos de participação orgânica existem mais frequentemente interações indiretas e remotas, às quais se pode referir como espaço-temporalmente distanciadas (Giddens, 1991). A dimensão da proteção, por sua vez, é compreendida a partir de duas garantias: o acesso a determinadas condições de vida e a estabilização de expectativas referentes a projetos de vida. Em outras palavras, na proteção, destaca-se uma componente temporal. A proteção se refere não apenas à segurança na situação de vida presente, como também à possibilidade objetiva de projetar, com segurança, situações de vida futuras.

Embora seja, analiticamente, interessante diferenciar reconhecimento e proteção, defende-se aqui que existe uma hierarquia entre esses dois planos de análise. A partir do material empírico aqui analisado, percebe-se que ‘contar com’ (reconhecimento) e ‘contar para’ (proteção) (Paugam, 2017a) constituem fenômenos endógenos. De maneira geral, os suportes e provisões de recursos (proteção) são encontrados pelos indivíduos nas mesmas relações em que eles encontram atribuição de valor intrínseco a sua existência (reconhecimento). Inversamente, a falta de proteção é invariavelmente acompanhada pela negação do reconhecimento. Ao que tudo indica, na concreção dos vínculos sociais, o plano do reconhecimento firma-se como pressuposto relacional e normativo das relações de proteção.

Conquanto o grupo de entrevistados, cujas narrativas são aqui abordadas, seja caracterizado por baixos níveis de escolaridade formal, o estudo mobiliza a ideia de “[...] moralidade oculta [...]” (Honneth, 2007 p. 80), quer dizer, a ideia segundo a qual expectativas normativas podem se expressar de maneira indireta, sem articulação explícita através da linguagem. Em outras palavras, no trato com o material empírico, não impomos aos entrevistados a condição de articularem uma visão escolástica sobre suas relações de proteção e reconhecimento, mas ficamos atentos aos registros críticos em suas expressões semânticas reveladoras de concepções de justiça, por exemplo.

Em nossa análise das entrevistas, levamos a sério o problema da desigualdade entre os atores sociais em termos de seu acesso desigual à crítica (Celikates, 2012). Isso diz respeito ao importante debate sociológico sobre a capacidade de criticar (Boltanski, 2009, Boltanski & Thévenot, 2020) de pessoas, que, apesar de submetidas a constrangimentos estruturais, como pobreza, baixo letramento, discriminação, subalternidades, se pautam em suas experiências de sofrimento social (Renault, 2017) para testemunhar as suas aflições (Boltanski, 2015) e criticar instituições que as ignoram, responsabilizando-as. O que se sabe, é que esses constrangimentos estruturais não impedem a crítica, mas podem limitar as suas possibilidades de articulação e expressão (Campos, 2016). Neste sentido, consideramos, com atenção, os relatos dos entrevistados sobre sensações como insegurança e frustração, com relação aos vínculos de reconhecimento e de proteção, mesmo que, nesses relatos, os entrevistados não manifestem indignação como forma propedêutica à crítica social (Boltanski & Chiapello, 2009). No entanto, ao narrarem sobre suas vidas dão testemunho, enquanto prática epistêmica (Fricker, 2017), da insuficiência dos dispositivos geradores de solidariedade social aos quais tiveram acesso para suas autorrealizações. Em consonância com outros estudos, observamos, nas falas dos entrevistados, a recorrência de argumentos relativos às causas eficientes da sua experiência de injustiça social, ao mesmo tempo em que fica manifesta a falta de recursos interpretativos para articular essas causas a argumentos críticos abrangentes (Renault, 2017)¹.

¹ Renault (2010) postula que o problema teórico do conceito de sofrimento social deve ser tratado interdisciplinarmente, alinhado psíquico, social e cultural para analisar as dimensões da experiência social. Ainda vislumbra uma função crítica do sofrimento social, sobretudo, quando este está associado a uma luta pública contra a reprodução da sua invisibilidade tanto nos discursos acadêmicos quanto políticos.

Com efeito, observamos, nas narrativas dos entrevistados, diversos registros de 'sofrimento social' que conformam aquilo que podemos designar como 'experiências da pobreza', relacionadas à falta de proteção e de reconhecimento nos diferentes tipos de vínculos sociais (Paugam, 2007). Mais ainda, em consonância com a ideia de moralidade oculta (Honneth, 2007), a baixa escolaridade dos entrevistados parece associada a um padrão de discurso que tende não a postular normas explicitamente, enquanto espécies de teorias, mas sim implicitamente, enquanto pressupostos encastrados na descrição de esgarçamentos de laços sociais e de falta de reconhecimento que comprometem a autonomia e autorrealização pessoais.

Vínculos sociais em contexto de pobreza: qual proteção e reconhecimento?

A pobreza figura nas sociedades contemporâneas não apenas como situação de insuficiência ou despossessão de bens materiais e imateriais, mas, no sentido simmeliano, diz respeito à relação de assistência e de interdependência entre os pobres e a sociedade, interferindo na qualidade da sua participação em relações sociais recíprocas, complementares e vistas como úteis (Paugam, 2007). Não estamos falando de exclusão do todo social, mas, como atesta Simmel (1998), de uma "[...] forma particular de estar no interior da sociedade [...]", o que leva a pensar a pobreza pelo ângulo da relação entre assistência e laço social, definindo-a em termos de estatuto regido pela assistência em direção aos 'despossuídos' (Paugam, 2001).

Podem-se destacar três modalidades de relação social com a exclusão que a pobreza traduz: a marginal, a integrada e a desqualificadora (Paugam, 2007). Esta tipologia incarna o sentido simmeliano da pobreza como instrumento de regulação da sociedade em seu conjunto porque cada um dos tipos corresponde a uma forma de relação de interdependência entre uma população considerada pobre, devido a sua dependência de serviços sociais, e o resto da sociedade. Neste sentido, as 'formas elementares da pobreza', em geral, permitem algum nível de integração e participação das pessoas pobres na vida social institucionalizada.

Nesse sentido, Paugam (2014) evoca a hipótese segundo a qual, em termos de estratificação social, não somente os capitais econômicos e culturais são repartidos de maneira desigual, mas que os laços que ligam os indivíduos aos grupos e à sociedade são, em termos de força e intensidade, muito desnivelados. Este quadro nos coloca diante do desafio de articular os dois fenômenos: integração e desigualdades. Trata-se de grande dilema das sociedades capitalistas que se vincula diretamente ao problema da negação de reconhecimentos e da desproteção em diferentes esferas de experiência social marcadas seja pelo quadro generalizado de pobreza (pobreza integradora), seja pela estigmatização de um quantitativo diminuto de pessoas classificadas como pobres em sociedades ricas (pobreza marginal), seja, ainda, pela concentração coletiva do fenômeno da 'nova pobreza'² ou da exclusão em função de ondas de desemprego estrutural em sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento (pobreza desqualificadora). Em todas essas modalidades de pobreza, constata-se, em graus diferenciados, a proliferação de rompimento, de esgarçamento ou mesmo de inexistência de vinculações sociais para as pessoas pobres. Deste modo, a partir de Paugam (2014), é possível estudar a atualidade do fenômeno da desintegração desigual considerando quatro tipos de vínculos sociais: filiação, participação eletiva, orgânica e cidadania.

O primeiro tipo de vínculo remete à consanguinidade ou processo de adoção, tendo grande função socializadora e identitária, contribuindo ao equilíbrio do indivíduo desde seu nascimento, tendo como proteção os cuidados físicos e como reconhecimento a segurança afetiva. O segundo diz respeito à socialização extrafamiliar, onde o indivíduo entra em contato com outros indivíduos, aprendendo a se envolver em redes sociais e relações de sociabilidade, sendo esses laços não obrigatórios. Aqui o sentimento de proteção se dá quando uma pessoa conta com a outra e o reconhecimento decorre da valorização que cada um atribui ao outro. O laço orgânico se caracteriza pelo aprendizado e exercício de uma função determinada na organização laboral, passando pela trajetória escolar/instrucional. Aqui a proteção depende da seguridade social que se complementa com o sentimento de ser útil. O reconhecimento se dá pela correspondência entre a recompensa material e simbólica e as expectativas socialmente sancionadas em torno do trabalho desempenhado. Já o vínculo de cidadania repousa sobre o princípio de pertencimento a uma comunidade de bens comuns, a uma comunidade política onde os indivíduos estão cientes de seus direitos e deveres. A proteção nessa esfera passa pela garantia dos direitos civis, políticos e sociais, podendo possibilitar, por exemplo, o acesso à participação na gestão da coisa pública, nas decisões que envolvem sua comunidade de pertencimento. Já o reconhecimento se dá quando os princípios de soberania individual, igualdade jurídica e liberdade (de pensamento, de expressão etc.) se estabelecem como referenciais éticos das interações entre os cidadãos.

² Paugam (2003) denomina de 'nova pobreza' o fenômeno multifatorial que associa degradação do mercado de trabalho, desemprego prolongado, fragilização dos laços sociais, rupturas familiares e das solidariedades socioespaciais e de classe.

Esses quatro tipos de laços sociais são complementares entre si e, quando se encontram entrecruzados na trajetória social de um indivíduo, proporcionam uma integração social ampliada. Contudo, na realidade, os vínculos sociais nem sempre se efetivam (ou nem sempre se efetivam de maneira satisfatória) nas diferentes esferas da vida social do indivíduo, proporcionando apenas uma integração social restrita. No sentido de uma 'regulação social global', Paugam (2017a) postula a ideia de 'configuração de vínculos', que se refere à produção de uma coerência normativa global, com a finalidade de permitir aos indivíduos e aos grupos 'fabricarem' a sociedade, para além de diferenciações e rivalidades que a perpassam. Tais vínculos devem ser analisados a partir de referências ao pluralismo de laços que vinculam cada um aos grupos sociais e à sociedade em seu conjunto (Paugam, 2014). Neste sentido, Paugam (2011, 2014, 2017a) e Paugam, Cousin, Giorgette e Naudet (2017b) propõe o estudo dos fatores sociais que contribuem para hierarquizar a população ao longo de um *continuum* que opõe dois polos: aquele da força cumulativa desses laços que favorece a uma integração mais plena e estabilizada e aquele da integração social restrita, ocasionada pela fraqueza cumulativa dos vínculos sociais e mesmo da ruptura de alguns deles, que se traduzem, no campo prático das relações sociais, em déficit de proteção e em negação de reconhecimento.

É interessante observar que no polo do frágil acúmulo dos vínculos sociais, há modos de resistência à desqualificação social resultante da exclusão de camadas numerosas da população do mercado de trabalho. Para Paugam (2014), isso acontece quando face à escassez de laços de participação orgânica e de cidadania, por exemplo, a compensação se faz com o manejo de recursos potenciais de vinculações eletivas, mobilizando redes comunitárias e associativas, em localidades de residência. A robustez ou fragilidade de um laço deve ser observada tendo em vista a função prático-normativa que ele exerce. Ou seja, "[...] um laço é forte quando ele permite ao indivíduo assegurar sua proteção face aos imprevistos da vida e de satisfazer sua necessidade vital de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência [...]" (Paugam, 2014, p. 22).

Diante disso, é importante notar que a discussão sobre força e fraqueza dos vínculos sociais presente nesse estudo não é tributária da distinção entre laços fortes e fracos presentes em estudos sobre redes sociais e oportunidades econômicas. Naquele caso, força ou fraqueza dos vínculos diz respeito basicamente aos níveis de proximidade, intensidade e intimidade característicos de um laço (Granovetter, 1973). Aqui, a tibieza ou robustez dos vínculos está relacionada a o que e como os indivíduos podem esperar de suas relações com os outros e com as instituições, em termos de garantias de recursos que permitem capacidades de agir em função de suas expectativas de liberdades (Sen, 2008, 2010). Paugam acredita que tais laços sociais "[...] asseguram ao indivíduo proteção e reconhecimento [revestindo], por consequência, uma dimensão afetiva que reforça as interdependências humanas" (Paugam, 2014, p. 8).

Ao operarmos com a categoria de reconhecimento referimo-nos a um conjunto de atitudes e possibilidades que fomentam a comunidade ao tornar possível a convivência em diferentes esferas sociais (Honneth, 2003). A proteção, nesse sentido, decorre de processos de reconhecimento social. Assim, em se tratando de vínculos sociais, outra importante contribuição da teoria do reconhecimento está em destacar o plano da experiência. Em outras palavras, ela sensibiliza o analista aos modos como os vínculos sociais se manifestam na experiência vivida e narrada pelos entrevistados. Isso sem implicar em qualquer forma de subjetivismo, já que a teoria do reconhecimento compreende a experiência a partir de uma perspectiva intrinsecamente dialógica e empírica.

Podemos destacar que haveria, do ponto de vista teórico e prático, um *continuum* entre situações de não reconhecimento e de desproteção (em termos de relações afetivas, jurídicas, eletivas, laborais e os laços sociais) (Foessel, 2008). Honneth (2003, 2011) lembra que o ser humano é moralmente vulnerável porque deve a sua identidade à construção de uma autorrelação prática que desde o início depende da afirmação/confirmação dos outros. O reconhecer reciprocamente decorre de relações intersubjetivas que estão no cerne dos vínculos sociais que são, por sua vez, produto de interações que produzem experiências sociais situadas. Estas, quando se dão em quadros de vulnerabilidade, podem ser presididas por reconhecimentos negativos que geram, por exemplo, processos de desqualificação social³. (Paugam, 2014c).

Contextualização do campo de pesquisa

Como mencionado na introdução, o material analisado consiste em entrevistas de trajetórias de vida realizadas pelo IPEA, nos anos de 2015 e 2016, no âmbito da pesquisa 'Radiografia do Brasil Contemporâneo' (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016). Trata-se de um 'survey qualitativo', em que 630

³ Paugam (2014c) se refere à intensificação do trabalho e à instabilidade do emprego como formas de precarização dos trabalhadores. A intensificação do trabalho remete à lógica produtiva da sociedade industrial e a segunda à lógica protetora do Estado-providência.

entrevistas semiestruturadas foram realizadas com pessoas das cinco grandes regiões do país, com diferentes perfis socioeconômicos. Desse universo da pesquisa, foram consideradas 20 entrevistas realizadas com pessoas cuja renda individual declarada não ultrapassa um salário-mínimo. O protocolo das entrevistas se organiza a partir de blocos, contemplando eixos temáticos como família, trajetória escolar, trabalho, relações comunitárias, religião e consumo cultural. As entrevistas cobrem, portanto, os quatro ambientes institucionais funcionalmente diferenciados (sociedade civil, mundo do trabalho, comunidade e família) preconizados pela teoria dos vínculos sociais.

Outro aspecto importante do protocolo das entrevistas é que ele se estrutura a partir da ideia de trajetória de vida. Os diferentes blocos temáticos se encadeiam de modo a estruturar a narrativa dos entrevistados numa sequência cronológica de eventos, etapas e transições relevantes. Obviamente, como em toda entrevista qualitativa, o protocolo abre a possibilidade de que o entrevistado navegue de maneira relativamente livre pelo conjunto de tópicos. Contudo, a ideia de trajetória de vida permanece como princípio lógico organizador do fluxo da entrevista. Essa característica do protocolo se coaduna com a nossa premissa teórica de abordar os vínculos sociais a partir da experiência dos entrevistados, uma vez que a ordenação temporal está na base da continuidade da experiência (Dewey, 1985). A análise dos depoimentos cotejados foi inspirada em estudos de perfis sociológicos, na perspectiva de uma sociologia em escala individual (Lahire, 2002), o que favoreceu a articulação entre a experiência narrada e a experiência vivida (Rosenthal, 2014).

Um terceiro aspecto teórico-metodológico é muito importante. Se os referenciais teóricos com os quais dialogamos aqui trazem elementos para se pensar o tema das desigualdades, do ponto de vista dos vínculos sociais, os contrastes entre as realidades analisadas neste trabalho demandam um processo de redução sociológica (Ramos, 1996). Especialmente, no que concerne aos vínculos de filiação e de participação orgânica, a literatura estrangeira tem trazido a preocupação com os processos de precarização no mundo do trabalho (Valeyre, 2014) e com as reestruturações dos vínculos de proteção no âmbito familiar (Van de Velde, 2014), no contexto de recuo do Estado de bem-estar social. Já no Brasil, o mundo do trabalho tem como traços perenes, e não recentes, a informalidade e a existência, ou mesmo a prevalência, de relações de trabalho que impõem condições penosas ou de incerteza e insegurança. Com isso, nosso empreendimento passa antes por identificar formas infra jurídicas de regulação no mundo do trabalho, cuja historicidade, provavelmente, remonta ao período de industrialização e urbanização. No Brasil, a 'integração desqualificadora' (Paugam, 2011) constituiu-se enquanto processo estruturalmente sincronizado à própria expansão do capitalismo industrial ao longo do século XX. Tal forma precária de inserção social remete ao processo de enfraquecimento ou de ruptura dos vínculos orgânicos do indivíduo com a sociedade, no sentido da perda da proteção e do reconhecimento social. Assim, o 'homem socialmente desqualificado' é vulnerável em relação ao futuro e encabulado pelo peso do olhar negativo da estigmatização (Paugam, 2011).

Como podemos observar no Brasil, esse processo de desqualificação social não começa com a experiência do desemprego, mas também no mundo do trabalho precarizado, reforçando modalidades de exploração laboral com baixos salários e sem garantias formais. Por essa mesma razão, no que diz respeito aos vínculos de filiação, nunca se assistiu aqui, como fenômeno generalizado, a organização dos grupos familiares estritamente nucleares tendo em vista um modelo prático de ciclo de vida pautado por transições estáveis entre família, escola, trabalho-independência. Do ponto de vista da reprodução intergeracional, a maioria das famílias brasileiras sempre teve que operar uma rede ampliada de vínculos de proteção e de cuidado vis à vis às vicissitudes de um mundo do trabalho com amplo segmento informal e precarizado, que leva as pessoas a se depararem com grandes inseguranças e incertezas, ao iniciarem seu ciclo de vida laborativa. Não raramente, as estratégias de adaptação envolvem o recurso ao trabalho infantil e a interrupção do ciclo escolar (Rocha, 2017). O valor da independência, que existe entre os nossos entrevistados, não pode ser compreendido sob o prisma de uma orientação de mundo liberal, como é o caso em países europeus (Van de Velde, 2014). Antes, ele deve ser historicamente contextualizado nos redimensionamentos socioculturais operados pela população mais pobre brasileira desde o processo de urbanização que, ao longo do século XX, tomou o lugar da estrutura pós-colonial.

Embora nossa análise das entrevistas não permita traçar um panorama histórico de tão amplo alcance, essas considerações contextualizam nossa abordagem. Elas operam como premissas que orientam o trabalho com o material empírico, cujo alcance se limita a um período mais recente. Por outro lado, cabe destacar que nosso material viabiliza uma visão de processo, ainda que em escala mais modesta. Ao trabalhar com relatos sobre a infância dos entrevistados e incluir uma série de questões em perspectiva intergeracional, a pesquisa oferece narrativas que alcançam a década de 1970, ou mesmo períodos anteriores. De lá para cá, houve a

finalização do ciclo de urbanização no Brasil, contexto em que a população mais pobre, especialmente, desenvolveu hábitos e técnicas da vida para lidar com a urbanização precária e o avanço da ordem competitiva. Esse desenvolvimento foi marcante e decisivo, como se pode observar a partir de diferentes esferas sociais. Na esfera religiosa, por exemplo, assistimos a partir daquela década e, especialmente, a partir da década de 1980, ao desenvolvimento e expansão geométrica do neopentecostalismo, especialmente, entre as camadas sociais mais populares, denominação religiosa que se destaca justamente por fornecer orientações cosmológicas e procedimentos rituais voltados para uma adaptação ativa à expansão da ordem competitiva e da urbanização precária.

Tais especificidades do contexto brasileiro não obstam a aplicação da tipologia de vínculos apresentada até aqui. Pelo contrário, as especificidades podem ser compreendidas precisamente em termos das características particulares assumidas pelos vínculos familiares, eletivos, orgânicos e de cidadania, assim como pelo modo específico como esses vínculos se articulam entre si na regulação da vida social. Por outro lado, contudo, faz-se necessário ajustar o trato operacional com esses conceitos para que a pesquisa seja sensível a tais características particulares. Em outras palavras, o pesquisador não pode procurar, ainda que implicitamente, pela mesma configuração concreta de vínculos sociais e de regulação observada em países como a França. Portanto, no nosso exercício de redução sociológica da teoria dos vínculos sociais, a tipologia de vinculações é aquilo que consideramos essencial, tendo sua aplicabilidade preservada para fins analíticos. Ao mesmo tempo, na análise de conteúdo do material das entrevistas, mantivemos vigilância quanto à variedade de configurações possíveis para os vínculos. Esse cuidado foi mantido através da construção de um quadro de indicadores de referência para a análise do *corpus* formado pelas entrevistas. Analisamos e discutimos, em dupla, um conjunto inicial de cinco transcrições de modo a produzir, paulatinamente, um quadro de indicadores para a identificação de cada tipo de vínculo. O quadro é apresentado na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Grade de análise das entrevistas IPEA pautada na abordagem dos laços sociais e regimes de vínculos.

Tipos de vínculo	Indicadores de proteção	Indicadores de reconhecimento
Laço familiar	Contar com a solidariedade intergeracional. Proteção doméstica/ próxima. Mobilização da família estendida. Divisão do trabalho de cuidado afetivo incluindo entes como avós.	Contar para seus pais e filhos. Reconhecimento afetivo. Conversas no ambiente do lar. Aconselhamento.
Laço eletivo	Contar com a solidariedade de conhecidos. Proteção por pertencimento a um grupo. Apoio da igreja mesmo com trânsito religioso. Apoio de vizinhos.	Contar para os seus conhecidos, vizinhos, membros comunitários ou associativos. Reconhecimento afetivo, por similaridade e proximidade física ou valorativa. Confiança nos vizinhos. Confiança em líderes comunitários, inclusive religiosos.
Laço orgânico	Estabilidade laboral. Proteção formalizada num contrato. Confiança em acordos informais. Laços pessoais com empregador ou contratante.	Contar para os seus colegas/parceiros. Reconhecimento pelo trabalho e estima social. Condições para manutenção da integridade física no exercício da atividade. Previsibilidade quanto à extensão da jornada de trabalho. Limites claros nas relações de hierarquia.
Laço cívico	Proteção jurídica (direitos civis, políticos e sociais) sustentada em princípio de igualdade e justiça social. Acesso a infraestrutura básica como coleta de lixo e abastecimento de água e energia. Titularidade na posse da terra. Acesso a transporte público e pavimentação urbana.	Contar para a sociedade. Reconhecimento enquanto indivíduo soberano, autônomo e cidadania. Tipo de tratamento dispensado por agentes de segurança pública. Tipo de tratamento dispensado em unidades de serviço público como posto médico. Tipo de tratamento dispensado nas relações de consumo (atendimento em lojas etc.)

Fonte: Elaboração própria, com base em Guimaraes, Paugam, e Prates (2020)

Na Tabela 1, aparecem em *itálico* os indicadores que refletem as especificidades do contexto brasileiro aludidas mais acima, nesta seção. A lista apresentada não esgota todos os indicadores que foram efetivamente considerados na análise. Como optamos por um estudo de caráter eminentemente exploratório, tratamos o conjunto de indicadores possíveis como um conjunto aberto, sujeito à constante ampliação durante a interpretação das transcrições. A lista apresentada encerra, contudo, indicadores exemplares, representativos da maneira como a tipologia teórica de vínculos sociais foi operacionalizada na análise do material empírico.

Em outras palavras, embora o quadro apresentado na Tabela 1 não encerre todos os indicadores efetivamente considerados na análise, ele os representa do ponto de vista qualitativo. Finalmente, note-se que todos os indicadores devem ser compreendidos como contendo também o seu contrário. Por exemplo, quando falamos, a respeito dos vínculos orgânicos, em 'limites claros nas relações de hierarquia', consideramos também um indicador relevante a ausência desses limites como um indicador de deterioração desse tipo de vínculo.

Aliás, como será visto na próxima seção, são três valências com as quais os indicadores podem se apresentar nas entrevistas. Valência positiva, quando se narra a efetiva existência e funcionalidade dos vínculos. Valência negativa, quando se narra a deterioração ou, no limite, a ausência de determinado vínculo. Finalmente, categorizamos como ambivalentes as falas que comunicam simultaneamente, a respeito dos vínculos, funcionalidade e deterioração, reconhecimento e desrespeito, proteção e desproteção.

Vínculos sociais no Brasil: integração à prova de experiências da pobreza

O procedimento de pesquisa consiste em mapear, no conteúdo das entrevistas, a força da integração social no entrecruzamento dos quatro tipos de vínculo evocados. Desse modo, as narrativas dos entrevistados foram inspecionadas de modo a identificar trechos que caracterizam algum dos quatro tipos de vínculos sociais (filiação, participação eletiva, participação orgânica ou cidadania) a partir de indicadores como aqueles elencados na Tabela 1. Note-se que a análise considera a valência dos vínculos sociais, já que os entrevistados recorrem, com diferentes níveis de sucesso (ou insucesso), aos laços para lidar com momentos críticos em suas vidas (Boltanski & Thévenot, 2007). Na verdade, a caracterização e diferenciação de laços sociais como positivos, negativos ou mesmo como ambivalentes tem sido utilizada em diferentes contextos de pesquisa social (Offer, 2021).

De maneira geral, foi possível acessar situações narradas em que a pobreza, enquanto experiência social negativa, se correlaciona com incapacidades individuais de nutrir vinculações sociais relevantes para a integração social dos entrevistados. Também constatamos casos de 'pobreza subjetiva', quando pessoas se autoavaliam como pobres ou não, em função do grau de estruturação e generalização da pobreza entre os indivíduos (Paugam, 2007), ou quando esta parece tão integrada ao meio social, figurando como uma forma de viver cujo sentido é alterado pela força da percepção de indistinção da situação social. Aqui inferimos que a pobreza beira à normalização e, por conseguinte, as normas do viver bem não tem correspondência com concepções mais exigentes de vida boa. Nestes casos, a pobreza pode constituir em si mesma uma forma de organização e regulação das relações sociais, onde a solidariedade familiar aparece como preponderante para vinculações e integração sociais.

Quanto aos vínculos de participação orgânica, por exemplo, quando os entrevistados narram suas experiências no mundo do trabalho, ora são vivências positivas, como a garantia do sustento da família, ora negativas, como a humilhação nas relações de emprego (desqualificação social). No que se refere à experiência escolar, vamos nos deparar com narrativas que apelam para memória afetiva das relações com a escola ou com professores 'modelos', positivando a passagem pelo espaço escolar. Já por outras vezes, nos deparamos com trechos de conotação negativa, referindo-se à falta de capital cultural para dar continuidade a experiências promissoras na vida laboral. Outros trechos de entrevista, ainda, têm sentido ambivalente, como no caso de experiências de filiação em que os entes da família protegem ao mesmo tempo em que mantêm um trato violento e pouco dialógico com os filhos, sobrinhos e netos. Nos termos de uma entrevistada (Marta):

Eu não tinha muita infância, né. Já fui direto no trabalho. Eu gostava mais da parte da minha mãe, porque da parte do meu pai era um povo véi branco. Aí minha vó não gostava de nós porque a gente era preto, né. Minha vó era muito racista. Ela não queria que a gente se sentasse nas cadeiras dela, porque dizia que a gente ia sujar. Do lado da minha mãe eu gostava mais.

A narrativa de Marta aponta para a negação de reconhecimento no espaço familiar, atravessado pelo racismo. Na sequência de sua entrevista, também identificamos em sua fala a referência a uma 'infância perdida', já que ela teve que trabalhar dos 9 aos 15 anos como babá, longe da casa dos pais, só visitando a família de vez em quando. A trajetória de Marta, típica de muitas mulheres negras e pobres no Brasil, revela como a articulação entre vulnerabilidade econômica e discriminação racial produz uma deterioração aguda dos vínculos sociais. Assim, embora esse não seja o tópico do presente estudo, nossos resultados sugerem que a teoria dos vínculos sociais pode ser interessante não apenas para a compreensão da pobreza, mas também da sua intersecção com outras dimensões relevantes da estratificação social como raça e gênero.

Por outro lado, Marta diz que foi exemplo para os irmãos porque trabalhou, estudou e, além disso, ensinou a mãe a ler e a fazer operações matemáticas básicas como reconhecer a moeda corrente e o seu valor. Apesar de explicitar que foi vítima de racismo pela avó; das lembranças de dificuldades para comer e se vestir, a entrevistada revela o caráter pedagógico da ‘dureza da vida e da educação dada pelos pais’ porque, de acordo com ela, com esse tipo de tratamento, ‘a gente amadurece’. Marta casou-se e diz que o marido ‘melhorou’ porque ‘aceitou Jesus’. Na época da entrevista, ela morava em Brasília e trabalhava como agente de limpeza em um prédio residencial. Durante a entrevista destacou que não permite que as filhas trabalhem enquanto estudam porque considera que as atividades escolar e laboral são incompatíveis. A entrevista de Marta mostra, muito bem, como as experiências com os vínculos sociais depreendida das narrativas podem ser positivas, negativas ou ambivalentes.

Para chegarmos a uma visão global da configuração dos vínculos a partir das falas dos entrevistados, analisamos as transcrições das 20 entrevistas buscando por falas que narrassem a experiência desses vínculos. Em termos operacionais, a análise de conteúdo⁴ consistiu num exercício de categorização de trechos das transcrições, a partir de indicadores como aqueles elencados na Tabela 1, mais acima. A delimitação do que seria considerado um trecho variou um pouco caso a caso. No trato com o material, o princípio norteador que utilizamos para essa delimitação consistiu em considerar o menor excerto possível que permitisse a compreensão de um argumento. Como o leitor poderá observar pelas Tabelas de 3 a 6, de maneira geral, esse princípio resultou na delimitação de excertos de transcrição contento de dois a três períodos sintáticos.

Como categorias, foram considerados não apenas os quatro tipos de vínculo social como também a valência da experiência narrada, isto é, se a narrativa do entrevistado permitia enquadrar a experiência como positiva, negativa ou ambivalente. No total de 20 transcrições compondo o corpus de análise, um conjunto de 183 trechos de entrevista foram categorizados. A Tabela 2, abaixo, mostra a distribuição das frequências pelo quadro de categorias. Na sequência, explora-se uma categorização mais detalhada das narrativas sobre cada tipo de vínculo.

Tabela 2. Distribuição de frequência dos trechos classificados.

Vínculo	Ambivalente	Negativo	Positivo	Total
Filiação	5	28	18	51
Participação eletiva	3	6	11	20
Participação orgânica	23	21	25	69
Cidadania	12	26	8	46
Total de citações categorizadas				183
Total de entrevistas				20

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa ‘Radiografia do Brasil Contemporâneo’ (2016).

A visão oferecida pela Tabela 2 permite algumas inferências com relação à regulação, quer dizer, com relação à configuração global dos vínculos enquanto meio da integração social (Paugam, 2017a). Fica evidenciada a importância relativa dos vínculos de participação orgânica. Ao mesmo tempo, ao passo em que é o mais destacado na narrativa dos entrevistados, o vínculo de tipo orgânico parece ser sobremaneira ambivalente. Isso se expressa não apenas pelo grande número de trechos categorizados como ambivalentes, como também pelo equilíbrio entre aqueles categorizados como negativos, por um lado, ou positivos, por outro. De um ponto de vista mais substantivo, o que se nota é que o trabalho é a principal atividade a que os entrevistados se referem como fonte social de valor próprio e de realização pessoal, sensações sobre as quais as falas positivas se concentram. Por outro lado, prevalecem relações de trabalho precárias, marcadas pela insuficiência dos proventos obtidos e pela incerteza com relação ao presente e ao futuro. De modo geral, as falas classificadas como ambivalentes se referem, concomitantemente, ao senso de realização pelo trabalho combinada às sensações de medo, fragilidade e insegurança. As falas negativas também se referem à baixa renda e à instabilidade como fontes de angústia, mas expressam prioritariamente as sensações de frustração e mesmo de humilhação nas relações de trabalho.

Os vínculos de filiação também são destacados, mas, nesse caso, com maior presença de trechos narrando experiências negativas. Tomando por base não apenas a Tabela 2, mas, também, a leitura flutuante das entrevistas, podemos dizer que, também nesse caso, o sentido que prevalece nas falas é ambivalente. Embora

⁴ Como será argumentado, e como a análise do conteúdo das entrevistas mostrará, essa região do espaço social é caracterizada por uma síndrome ampla de carências que, apenas instrumentalmente, foi indicada pelo critério da renda.

o número de trechos classificados como ambivalentes seja relativamente pequeno, na maior parte das entrevistas, sucedem-se trechos positivos e trechos negativos. Isso denota que a experiência global dos entrevistados com os vínculos de filiação é ambivalente. Como o leitor poderá observar pela Tabela 3, os vínculos de filiação aparecem nas falas como instâncias ao mesmo tempo de cuidado e de desamparo, e autoridade e de violência, de desenvolvimento pessoal e de privação. Não raro, a ideia de sacrifício é mobilizada pelos entrevistados para articularem parte dessa ambivalência. Ela designa o esforço feito no seio da família para manter a duras penas, contra todas as adversidades, relações de cuidado afetivo.

Os vínculos de participação eletiva são os que menos aparecem nas falas dos entrevistados. Ao mesmo tempo, trata-se do único tipo de vínculo em que as falas positivas superam o conjunto de falas ambivalentes e negativas. Levando em conta também a Tabela 4, observamos que as falas sobre os vínculos de participação eletiva traçam uma espécie de ecologia da experiência urbana dos entrevistados. O espaço aberto da cidade é marcado pelo risco e pela violência. Por outro lado, alguns espaços mais restritos como a escola, mas, sobretudo a igreja, oferecem oportunidades para o desenvolvimento pessoal, para a fruição considerada segura e para a validação de projetos de vida.

Quanto aos vínculos de cidadania, nota-se, na Tabela 2, a enorme prevalência de um sentido negativo. Recorrendo também à Tabela 6, observamos que os vínculos de cidadania são marcados pela violência simbólica e pela violência física. O ordenamento do Estado de Direito surge como opaco, muito pouco compreensível. Perante os aparelhos e serviços públicos, prevalecem os sentimentos de desamparo e de injustiça. As experiências positivas com os vínculos de cidadania quase se restringem ao atendimento por políticas assistenciais. Experiências de participação e de desenvolvimento mediante o exercício da vida civil quase não são mencionadas. Ao todo, o que se nota é que há uma integração social precária através do binômio trabalho-família. Os entrevistados tentam, também, dinamizar (muitas vezes através de igrejas) um baixíssimo nível de capital social, perante a grande fragilidade e deterioração dos vínculos de cidadania.

A Tabela 3, abaixo, traz uma categorização mais detalhada de trechos descrevendo vínculos de filiação. A categorização foi feita a partir da estratégia abduativa, orientando a leitura e discussão das transcrições das entrevistas aqui mobilizadas.

Tabela 3. Subcategorização de falas sobre vínculos de filiação.

Categorias	Excertos ilustrativos
Desenvolvimento	P/ "Na verdade, a minha mãe foi quem perguntou se eu gostaria. Ela era de uma igreja, chamada Messiânica, e aí ela perguntou se eu gostaria, porque lá abriu um curso pra cabeleireira, e ela perguntou se eu queria fazer, e aí eu gostei da ideia."
	P/ "Uma irmã minha ia num salão e lá era muito caro, e as outras irmãs iam e a gente queria também. E ela falou: faz assim, eu vou pra lá, vou tentar aprender alguma coisa e vou ensinar a vocês, porque eu não tenho condições de pagar também. E aí eu comecei."
	P/ "Quero que meu filho saiba ler escrever pra não ser passado pra trás. Vagabundo ele não vai ser não! Tem que servir a Deus! Se estudar ou trabalhar, vou ficar feliz".
Desamparo	N/ "Meu pai ele sumiu, a gente não teve mais notícia. A minha mãe, amasiou com outro homem e também sumiu e nós ficamos com... eu e meu irmão ficamos com meus avós".
	N/ "Eu nunca fui instruído pra isso [planejar uma profissão], eu nunca tive uma família que falasse assim pra mim: Daniel, faça tal curso, faça isso, estuda isso, eu nunca tive isso".
	N/ "É. Minha mãe é falecida, ela faleceu eu tinha 12 anos de idade. Eu cai na rua, cheirei cola, fumei maconha, pedi esmola, mas nunca mexi com o que é dos outros graças a Deus. Catei muito lixo também das lojas da cidade".
Cuidado	P/ "Minha mãe e vó eram muito boas. A gente não passava muito tempo juntos não porque elas trabalhavam pra caralho. Mas, elas faziam comida, lavavam a roupa, tudo pra gente ficar bem. E, elas todo ano compravam um presente pra gente no aniversário e um no natal!"
	P/ "Minha casa é assim, geralmente, Vinícius vai pra escola de manhã e João Vitor à tarde aí na semana eu não trabalho, porque meu padrasto e minha mãe trabalha, então aí eu fico em casa com eles."
	P/ "Assim, a gente sempre trabalhou, mas a gente, meus pais sempre soube ser pai, de tudinho, sempre agradou com uma roupa, beijava."
Autoridade	P/ "A gente era muito obediente [alusão à infância]. Sempre gostei. Sempre adorei família. Então, eu não tenho o que dizer de nenhum... Minhas irmãs mais velhas ajudavam. Ajudavam na despesa, ajudavam a cuidar. Todo mundo se ajudava. É, a gente cuidava de tudo. Dava banho, dava comida, às vezes eu fazia. Ela deixava sempre pronta. Alguma coisinha assim eu fazia. Eu gostava de fazer. Adorava.
	A/ "Lá tinha que escutar pai, dar benção, a gente sempre foi muito de respeitar, de acordar e benção a pai, benção a mãe. Lá era rígido, quando era pra estudar era pra estudar, na hora de trabalhar era trabalhar, na hora de divertir era divertir."
	A/Nunca consegui sair com amigo, na época adolescente porque meus avós eram evangélicos e os castigos que eu recebia do meu avô eu não apanhava dele não, mas também eu passava duas horas de joelho no

	canto [...]”
	A/ “Oxe! Eu levei tanta tapa na cara, irmão, e to aqui vivo. Era pisa, era porrada. Não tinha isso não, a gente apanhava irmão, com solera de sofá.”
Violência	N/ “Brigavam porque, por motivo banal, com a minha brigavam muito porque meu pai era negro, tendeu, então eu era muito criticado por ser filho de negro, os meus avós – não o meu avô – mas a minha avó principalmente, minhas tias, era muito criticado por ser negro”. N/ “Outro dia eu bati nele, faz tempo, dei um tapa nele. Ele vem com ignorância, vem me xingando. Porque quando ele precisa, a aposentadoria acaba, aí eu tenho que catar mais coisa pra poder comprar o pão, comprar o arroz de todo mundo, mas mesmo assim ele não reconhece ainda”.
Privação	N/ “[Minha infância foi] Pobre. A infância que eu tive educação porque meus avós não tinham, minha família também não tinha isso pra me passar, não culpo eles, né? De maneira nenhuma eu culpo eles, eles também não tinham isso, então tudo isso aconteceu.” A/ “Nunca faltou o que comer, isso nunca, mas a gente não tinha muito dinheiro prá comprar umas roupinha, coisa assim, comprar uma coisa diferente, um tênis, uma sandália, era bem de vez em quando”.
Sacrifício	A/ “[Estudei] Até o sexto ano mais ou menos. Parei porque tive que trabalhar pra sustentar minha mulher e filho”. N/ “Eu comecei a trabalhar com quatorze. Antes disso com doze, que eu já, até quando eu estudava eu já cuidava dos filhos dos outros, de baby sitty (sic), pra qualquer comprar minhas coisinha, né, que meu pai e minha mãe não tinha uma renda boa”.

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], (2016).

Nos trechos classificados sob a categoria ‘desenvolvimento’, a família é retratada como espaço de incentivos para o desenvolvimento de capacidades para a vida, principalmente aquelas habilitadoras para o trabalho. As capacidades, além de dimensão técnica referente a qualquer atividade laboral específica, são concebidas também no plano moral, na medida em que o esforço e a disciplina para o trabalho são vistos como valores centrais no desenvolvimento pessoal propiciado pela família. O trabalho também aparece com centralidade na medida em que a família é percebida como espaço de cuidado afetivo sob tensão. Isso quer pelo fato de a carência econômica ter implicado em experiências laborais precoces, quer pela tensão que se estabelece entre o trabalho dos pais e os cuidados com os filhos. Quanto a esse último aspecto, ora a necessidade de todos os responsáveis de casa trabalharem, ora a ausência de algum deles, e a constante falta de recursos para contratar cuidadores conjugada à indisponibilidade de serviços públicos para esse cuidado (creches e escolas em tempo integral), tensiona, pela indisponibilidade de tempo e de energias, a distribuição de tarefas laborais e de cuidado afetivo no seio familiar. Essas tensões aparecem também em falas que enfatizam fortemente o sacrifício como uma das principais características dos vínculos de filiação.

Embora a resiliência das relações de cuidado afetivo, associada à valorização do esforço, da disciplina e do sacrifício, apareçam como núcleo moral e estratégico mantenedor dos laços de filiação, prevalecem, como visto na Tabela 2, os relatos com conotação negativa. Isso se deve à frequência e importância das experiências de privação material e de desamparo afetivo. A privação material impede o acesso a investimentos de longo prazo na trajetória educacional e, também, implica em uma sucessão de pequenas experiências de déficit: falta do que vestir, fortes restrições sobre o que comer, dificuldades com transporte etc. Quanto às experiências de desamparo afetivo, é importante notar que, quanto a esse aspecto, o que está em jogo não são os conflitos conjugais ou a morte, adversidades que atravessam todas as classes sociais, mas sim a incapacidade que as redes familiares, nuclear e extensa, remanescentes, manifestam para ‘absorver’ os choques e para ‘compensar’ os afetados por essas perdas. Finalmente, há também relatos sobre desamparo que fazem referência não à ausência física (e, por consequência, moral) de outros significativos, mas ao fato de esses outros não terem contado com certos recursos como instrução formal, repertório de experiências, assim como perícias para oferecerem orientação adequada para um projeto promissor de vida.

Outras duas categorias relevantes que ressaltam da análise dos trechos referentes aos vínculos de filiação são as de autoridade e de violência. Esta última se refere aos relatos em que conflitos no seio familiar desaguardam em agressões físicas, de modo a comprometer a viabilidade desses laços como instâncias de cuidado relacionadas à proteção e reconhecimento em relações afetivas primárias. No que diz respeito à autoridade, ressalta a ambivalência de relações que, conquanto mantenham um regime de legitimidade com base na disciplina e na obediência aos mais velhos, mobilizam recursos de imposição não apenas rígidos, mas, amiúde, bastante agressivos. A família, assim, enquanto se preserva enquanto um dos principais espaços para a organização da vida segundo valores, está sempre tencionada pela privação, pelo desamparo e pela violência.

A Tabela 4, abaixo, traz uma categorização mais detalhada de trechos descrevendo vínculos de participação eletiva:

Tabela 4. Subcategorização de falas sobre vínculos de participação eletiva.

Categories	Excertos ilustrativos
Desenvolvimento	<p>P/ "Aí eu me toquei de que eu tava errado e tal, aí foi onde eu conheci, o kardecismo eu conheci bem antes, mas aí foi onde eu conheci essa casa lá perto de casa que me deu suporte muito bom. Digamos assim, psicológico, ensinamento, essas coisas"</p> <p>P/ "Mas, na escola eu tive a sorte de ter algumas amizades que me influenciaram bem mais do que o que me passava na escola com relação à literatura. Aí eu tive essa sensibilidade de perceber essas pessoas que estavam à minha volta que eram pessoas singulares e foi através dessas pessoas [...]"</p> <p>A/ "Daí, há quinze anos que eu vivo aqui dentro. Conversando com eles. O advogado lá quando faz os serviços na casa dele ele vem atrás de mim me procurar".</p>
Respaldo	<p>P/ "[...] e aí vim embora pra São Paulo, as próprias pessoas que moravam na cidade, vizinhos, entendeu, me ajudaram a vir embora, eu e meu irmão."</p> <p>P/ "Primeira coisa que fiz [ao sair da prisão] foi arranjar uma igreja! Tava assistindo TV em casa e vi a oração do apóstolo Valdemiro, vi as promessas que ele liberou e recebi elas! Ele perguntava se queria ser feliz... Falei: 'Quero isso pra mim'. Fui até a Igreja ali em Nova Brasília [bairro perto da Favela da Linha], aceitei Jesus entreguei minha vida pra ele."</p> <p>A/ "[meus conhecidos de classe média] podem me ajudar, conversar com eles pode me ajudar, pode, mas eu acho assim eu prefiro ser eu, se eles tão me ajudando do jeito que eles podem, eu não quero exigir mais deles. Não vou chegar na casa deles doutor meus filhos tão passando fome, não sei ser assim não, sei não".</p> <p>P/ "Tento ir no culto da manhã todo o dia, e todo Domingo no culto das 18h".</p>
Fruição	<p>P/ "O único lugar que saio mesmo é pra Igreja. De vez em quando, a gente vai pra alguma festa, pra algum bar, mas é isso".</p> <p>P/ "Tem o cara que trabalha no estacionamento aqui na frente, e tem os caras que guardam os carros ali na frente do Liceu [escola em Campos]. A gente sai quando o mês é bom pra comemorar! [risos]."</p> <p>P/ "Eu quando to sem fazer nada, vou pra igreja com minha mãe. Eu sou evangélico, mas to meio afastado, sabe, irmão?! Por que sempre o caba tem as brigazinha com as meninas da igreja aí o pastor afasta a gente. Mas, sempre no caminho do Senhor, sempre na verdade, sempre trabalhando, na regra..."</p> <p>P/ "É pô. É melhor do que você ta no mundão aí. Você chega na igreja, aquelas menina bonita, cada irmã boa do carai, abraça o cara e é bolo, é guaraná... É coisa boa pô, ta ligado. É vida, é saúde, é paz, é pai, é irmã, é muita coisa boa".</p>
Fruição	<p>P/ "O único lugar que saio mesmo é pra Igreja. De vez em quando, a gente vai pra alguma festa, pra algum bar, mas é isso".</p> <p>P/ "Tem o cara que trabalha no estacionamento aqui na frente, e tem os caras que guardam os carros ali na frente do Liceu [escola em Campos]. A gente sai quando o mês é bom pra comemorar! [risos]."</p> <p>P/ "Eu quando to sem fazer nada, vou pra igreja com minha mãe. Eu sou evangélico, mas to meio afastado, sabe, irmão?! Por que sempre o caba tem as brigazinha com as meninas da igreja aí o pastor afasta a gente. Mas, sempre no caminho do Senhor, sempre na verdade, sempre trabalhando, na regra..."</p> <p>P/ "É pô. É melhor do que você ta no mundão aí. Você chega na igreja, aquelas menina bonita, cada irmã boa do carai, abraça o cara e é bolo, é guaraná... É coisa boa pô, ta ligado. É vida, é saúde, é paz, é pai, é irmã, é muita coisa boa".</p>
Risco	<p>N/ "Brincava com minhas primas, mas não na rua. Minha mãe não deixava".</p> <p>N/ "Tenho poucos [amigos], tem muita gente que diz que é teu amigo, mas fala de ti pelas costas."</p> <p>N/ "Não tenho muito amigo lá [na comunidade] não, o amigo que eu tenho é o irmão dela entendessee. Sempre fui um cara reservado".</p>
Violência	<p>N/ "É, o Celso, o Mauro, três netos e a minha filha. Esse moreninho que você viu não tem pai nem mãe... não, mãe tem, mas a mãe dele deu ele pra mim e foi embora com 2 aninhos. Mataram meu filho aqui na frente, com 19 anos, por engano... esse meu netinho tava com um mês quando mataram o pai dele... eu assisti tudinho, tudinho a morte dele. Eu tava com o outro neto no meu colo, aí os caras, tava todo mundo sentado ali, era dia de São João, aí os caras chegaram e falaram eu quero você, que era o meu filho, e tocou todo mundo embora, aí meu filho ficou sentado no chão, e começou aquela roda, tudo encapuzado, e começou a dar pontapé, aí eu falei pro meu neto "Não, filho, eles tão brincando com teu pai", aí eu escutei os tiros, escutei tudo os tiros... meu filho fazia assim pra mim, pra eu sair fora e não pegar em mim. A mulher dele vendo, não esquentou, a minha filha tava lá embaixo numa casa, aí minha filha falou pras colegas dela: "Vou lá ver o chu...", que quando morre alguém eles falam que é "churrasco", né... "Vou lá ver quem é o churrasco que tá lá", e era o irmão dela. Ficou louca..."</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016).

Observamos que a ideia de desenvolvimento também caracteriza muitas das falas referentes aos vínculos de participação eletiva. Vínculos adquiridos, sobretudo, durante a adolescência e a juventude, aparecem como fontes de aprendizados importantes. Destacam-se a abertura de novos horizontes educacionais, e de horizontes culturais de maneira mais geral, assim como suporte emocional perante os desafios da vida. Nesse contexto, as menções à igreja não são infrequentes e superam as menções à escola. Também surge a ideia de uma ampliação das perspectivas sociais pelo contato com pessoas de outros estratos sociais, sobretudo, os mais escolarizados.

As falas que denotam respaldo vão em sentido semelhante às que evocam desenvolvimento. Só que enquanto as últimas comunicam uma ideia de processo, as primeiras fazem referência a situações mais

específicas em que certos vínculos foram ou são cruciais. Observamos também que os vínculos de filiação costumam ser mencionados em contiguidade aos vínculos de participação eletiva, ora porque a família aparece como integrando redes mais abrangentes de relações, compostas também por laços de participação eletiva, ora porque a família é vista como a unidade potencialmente beneficiada por recursos mobilizáveis através dessas redes. Os entrevistados destacam o papel dessas redes em situações críticas como uma migração ou a conversão a uma nova denominação religiosa como momento de ingresso em uma nova comunidade.

O contato com pessoas de estratos sociais mais afluentes também aparece como possível fonte de recursos durante situações difíceis, embora aqui a distância de classe pareça estabelecer certa insegurança para a efetiva mobilização desses laços. Finalmente, entre as categorias de falas de valência majoritariamente positiva, existem aquelas que se referem à fruição, onde os entrevistados destacaram bastante o papel da igreja. Como os espaços públicos são vistos como *loci* de ameaças à integridade física e patrimonial, as igrejas se destacam como instância não apenas de culto, mas como um lugar onde se poderia, com segurança, ter acesso à recreação e a relações afetivas e sexuais. Boa parte do que os entrevistados falam sobre os vínculos de participação eletiva se relaciona com uma representação das comunidades como lugar de 'sociabilidades violentas' (Silva, 2004). O lar, a família extensa, a igreja, assim como um conjunto, sempre muito restrito, de amigos constituem instâncias que, no relato dos entrevistados, frequentemente se contrapõem aos bairros, onde prevalecem, na percepção deles, a hostilidade e o risco quanto à integridade física e moral.

A Tabela 5, abaixo, traz uma categorização mais detalhada de trechos descrevendo vínculos orgânicos:

Tabela 5. Subcategorização de falas sobre vínculos orgânicos.

Categorias	Excertos ilustrativos
Desenvolvimento	<p>P/ "Eu só comecei a fazer o curso e depois de um tempo, através da chapinha, despertou mesmo pra trabalhar como cabeleireira. Aí eu gostei, me apaixonei".</p> <p>P/ "É, torna mais útil. Por exemplo, aqui mesmo eu preciso da matemática pra fazer uma conta. [...] é muito ruim não saber ler. [O tom é de uma comparação genérica com uma situação diferente da dela, que sabe ler, tendo estudado até a sexta série]</p> <p>P/"Aí, eu aprendi [no trabalho] a lidar com pessoas, a gente aprende um pouco de psicologia. Ah, tem um pouquinho de tudo, mas assim... Ah, eu aprendi tudo..."</p> <p>P/ Primeiro o meu esforço [contribuiu para melhorar a vida], porque como eu tô dizendo, eu não posso me acomodar, dizer hoje eu só quero trabalhar se for nisso, não.</p>
Instabilidade	<p>N/ "Agora por exemplo, minha menina falou pra mim: o senhor tem que arrumar um serviço registrado, gente, como um cara de 58 anos não é fácil arrumar um serviço registrado [...]."</p> <p>A/ "Tem mês que chove muito. Tem mês que o povo tá de férias também. Essa é a parte ruim do trabalho aqui. Não dá pra saber como vai ser no fim do mês. Tem mês que é na fé mesmo".</p> <p>N/ "É que eu fiquei um ano e meio desempregada. Um ano e dois meses desempregada".</p>
Desamparo e insegurança	<p>N/ Assim, porque como eu tô dizendo, eu queria um trabalho que a gente tivesse garantias, porque isso apesar de ser meu, não é garantido. O bom é porque o que eu pego hoje, o lucro, é meu. Mas, assim Deus me livre e guarde eu venha ter uma doença, um filho meu adoça [...].</p>
Insuficiência e incapacidade	<p>N/ "Porra, entregar queijo era foda. Ganhava R\$ 350,00; 400,00 por mês. Minha mulher não trabalhava porque tinha que criar a criança. Eu era de menor".</p> <p>N/ "[...] eu tô grávida agora aí você vai pro médico aí ela pergunta, qual é a sua última menstruação, aí você diz. Aí dali ela começou uma conta muito doida que eu não entendo nada, aí eu penso cara como eu queria ter estudado mais porque assim, de um número ela já começa com outro e assim vai".</p>
Frustração	<p>A/ "E trabalho de segurança. Eu saí agora em outubro, tô recebendo seguro-desemprego ainda. Mas o que eu mais gosto de fazer é arte, mas eu não tenho espaço pra isso, não tenho. Se eu tivesse espaço eu não trabalhava pra ninguém".</p> <p>N/ "Mas gostar do telemarketing, eu não gosto".</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016).

A noção de desenvolvimento resume os elementos principais das visões positivas com relação ao trabalho. Trata-se de relatos em que o trabalho aparece não apenas como fonte dos proventos necessários ao sustento da própria vida e da de familiares, mas também como espaço de experiências de aprendizado, em que habilidades técnicas e humanas são adquiridas. Por outro lado, os entrevistados se ressentem da instabilidade e das insuficiências dos proventos, assim como da falta de acesso a uma rede de proteção socioeconômica, o que implica numa sensação de desamparo. Num plano mais ideal, é comum também, no sentido oposto de algumas das falas que refletem a sensação de desenvolvimento, trechos que refletem a incapacidade de se fazer aquilo que se considera relevante para funcionamentos básicos da vida, com liberdade de escolhas, além

da frustração com as características intrínsecas às atividades laborais enquanto espaço para qualquer realização vocacional. Assim, o trabalho aparece como ao mesmo tempo realizador e frustrante, como o principal meio para construir uma vida digna ao mesmo tempo em que fonte de desqualificação social. A Tabela 6, abaixo, traz uma categorização mais detalhada de trechos descrevendo vínculos de orgânicos:

Tabela 6. Subcategorização de falas sobre vínculos de cidadania.

Categories	Excertos ilustrativos
Opacidade	<p>N/ “Meu marido tá precisando desse documento de reservista que tá em Nazaré da Mata, eu queria um apelo pra pegar esse documento do meu esposo, pra ele dar entrada no quartel pra ver se tem alguma coisa de dinheiro dele lá, porque ele trabalhou no quartel, serviu o quartel e não recebeu nada”.</p> <p>N/ “Depois que eu casei, joguei meus documentos fora, de firma mesmo, joguei fora, então eu não vou poder me aposentar, que eu tô com 62, não, nem por idade, que eu não pago INSS, entendeu?”</p> <p>N/ “Nunca votei não”.</p> <p>N/ “Minha casa caiu, a chuva derrubou minha casa e dizem que quando a chuva derruba a casa da pessoa você tem direito a auxílio moradia ou dá uma casa ou apartamento. A prefeitura não me deu auxílio moradia, não me deu nada e ai foi quando eu fui pra rua e hoje tou aqui. Fui na prefeitura falei, reclamei, chorei, a prefeitura fez de conta que eu nem existia”.</p>
Desamparo	<p>A/ “Uma coisa no [albergue] que eu acho que falta e muito, pra ocupar a mente humana, pra ajudar as pessoas, é tirar um pouco esse foco da bebida e da droga é uma área de artesanato, como tem no [outro albergue], como tem em outros albergues, você vê um mundo desse aqui meu, não ter uma área pra artesanato</p> <p>N/ “Sou classe pobre. Tenho que trabalhar pra viver, tenho dívida pra pagar. Se eu ficar doente, fico sem dinheiro. Não tem quem me ajude. Dependo de mim. Mesmo assim, tenho que buscar o serviço. Não é fixo, não tenho segurança. Isso é ser da classe pobre”.</p> <p>N/ “Não, porque você liga pra polícia e eles não vem”.</p> <p>N/ “É porque depois da escola não tem mais nada pra eles fazerem, então o que complica bastante é isso, porque antigamente tinha o mais-escola e depois da escola eles tinham os projetos e isso faz muita falta. Porque se eu tivesse o dia todo, chegar me planejava, vou sair de oito e vou chegar de quatro, daria tempo e isso faz muita falta”.</p> <p>A/ “Exames, consultas, posto de saúde que falta bastante coisas, acho bastante crítico, funciona, algumas coisas funciona [no SUS].”</p>
Violência	<p>N/ “Meu irmão foi assassinado por um grupo de policiais da ROCAM. Só que a gente não é ninguém...”</p> <p>N/” A rua é melhor porque na rua eu me sinto mais melhor, me sinto melhor, tem algumas coisas boas na rua. E dentro da favela eu me sinto como se tivesse assim num campo de guerra. É um lugar onde só tem muita gente, muito menino novo metido a pagar de gato, novinho e muito avião de traficante, pessoal que tá com uma pistola, pessoal que trabalha pros outros, é o dono do morro, muito cheio de problema e eu não gosto de tá no mesmo lugar desse pessoal não”.</p>
Participação/ Desenvolvimento	<p>P/ “Olha, sabe o que é que eu gostava? É que a gente tinha um pelotão de saúde na época. Aí as crianças participavam, usavam aqueles jalecos brancos, e aí você ajudava a dar vacina. Quando tinha aquela época de vacinação de cachorro e até de criança a gente participava. Ah, pra mim era o paraíso. Adorava aquilo. Então foi uma coisa que ficou gravada na minha mente foi isso: fazer parte do pelotão de saúde”.</p>
Injustiça	<p>N/ “Aos 20 fui preso! Me acusaram de tráfico de drogas, peguei 6 anos e meio. Mas, doutor... Eu era inocente. Tava levando na mochila pra Farol, era verão e os caras pediram pra eu levar lá em Farol. Me pegaram... Deu ruim! Fiquei muito tempo não... 1 ano e 6 meses só... Depois só dormia lá”.</p> <p>A/ “Muito injusto [o bolsa família]. Porque tem pessoas que tem um filho aí recebe um valor, aí eu tenho três filhos aí recebo o mesmo valor assim sai se invertendo, eu acho que vai da estabilidade de cada um”.</p> <p>A/ “Comprei [minha casa pelo programa Minha casa minha vida]. Comprei. Mas acho zero. Sou beneficiário [do bolsa família]. Estou lhe dizendo, eu ganho trinta reais de bolsa família, aonde minha vizinha, que o esposo dela tem uma firma, trabalha, ganha duzentos reais”.</p>
Desrespeito	<p>N/ “Como a gente mexe no lixo, tem muita gente que não pega na nossa mão, pensa que é suja, um ou outro cumprimenta, mas a maioria não”.</p> <p>N/ “Tipo assim, a gente mora na favela e a gente pra certas pessoas não somos ninguém, como um lixo mesmo, porque você às vezes você diz assim moro na favela pronto, ali se você tinha que arranjar um emprego, se você tinha que ser alguém ali, naquele momento você já deixou de ser, porque o preconceito é muito grande.”</p> <p>N/ “Eu acho isso [a desigualdade] um defeito muito grande. Em todos os sentidos não é só porque é negro. Porque assim, você não vê uma pessoa aqui de carro, uma pessoa rica, desce aqui pra ir pra esse banco aí se Deus me livre alguém chegar perto dela, ela já fica com receio, às vezes não é nem ladrão, mas como está mal-vestido, como ta jogado no meio da rua, então eles têm muito preconceito”.</p> <p>N/ “Tem muito preconceito aqui na rua. O preconceito aqui na rua tem. Meu marido não trabalha, meu marido é um pedreiro bom, ninguém ajuda pra empregar numa firma...”</p> <p>A/ “Quando tá assim estiado aí ele manda a gente saí, mas quando tá chovendo ele não manda ninguém... Então eu vejo que é uma seriedade dele e um tipo de pena que quando tá chovendo ele não manda o segurança tirar”.</p> <p>N/ “Em hospital a coisa é bem diferente, ah porque tu não tem escolaridade, ah tu faz o que? Ou dependendo da tua roupa tu fica sentado lá, mas depende da pessoa também que te atende, tem umas que te atendem bem, tem outras que são grosseiras, talvez até por ser melhor de vida [...]”.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na pesquisa *Radiografia do Brasil Contemporâneo* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2016).

Talvez uma das características mais importantes revelada pela subcategorização das falas sobre vínculos de cidadania seja a opacidade. A constituição e a implementação de direitos e de políticas públicas passa pela diferenciação de códigos e de espaços institucionais burocratizados que aparecem como entidades completamente opacas e mesmo fantasmagóricas para boa parte dos entrevistados. Além disso, há uma sensação de desamparo com relação a políticas de assistência⁵, de proteção econômica, de educação e de saúde. Quanto à segurança pública, percebe-se a violência advinda de agentes do poder público, e, do outro lado, por parte de segmentos que acabam concentrando, localmente, o exercício da violência. Existe também um sentimento de injustiça quanto à aplicação das leis e, também, quanto à alocação de benefícios assistenciais. Mesmo alguns dos beneficiários de programas como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida manifestaram desconfiança ou mesmo uma visão estigmatizada sobre esses programas, inclusive, se referindo à oposição moralizante entre ‘pobres merecedores’ e ‘pobres aproveitadores’ (Genard & Cantelli, 2007). A vida nos espaços públicos, por sua vez, é bastante marcada por uma sensação de desconsideração e desrespeito, envolvendo relatos de mau tratamento por parte de agentes públicos, dos quais se esperaria proteção e reconhecimento.

Considerações finais

A visão de conjunto dos vínculos sociais aqui inspecionados elucida a dinâmica da exclusão em contextos marcados por experiências da pobreza, jogando luz sobre a tessitura dos elos sociais que formam a sociedade e as tramas pelas quais mudanças e persistências se estabelecem nas trajetórias de vida das pessoas, quer na perspectiva inter quer na perspectiva intrageracional. Como discutido nas seções anteriores, a teoria dos vínculos sociais engloba a tese durkheimiana acerca da coesão social, segundo a qual os indivíduos não podem viver sem vínculos. Neste sentido, os vínculos assegurariam, a um só tempo, a proteção frente aos riscos do cotidiano e o reconhecimento à sua própria existência e identidade. Em nossa análise dos dados da pesquisa do IPEA, ‘Radiografia do Brasil’, os vínculos constatados envolvem tanto o nível da integração, a maneira como cada tipo de laço vincula as pessoas e as instituições, quanto o nível da regulação, quer dizer, a maneira como se relacionam entre si as diferentes modalidades de laços. Embora o nível da regulação tenda a evocar, pelo menos a princípio, unidades de observação e de análise bastante abrangentes como Estados Nacionais, acredita-se aqui ser possível inferir algumas considerações sobre o nível da regulação a partir do que foi observado pela perspectiva de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social. Trata-se, então, do que se poderia chamar de uma apreensão da regulação que é localizada por classe.

O que essa apreensão sugere é que se trata de um processo de regulação marcado pelo protagonismo ambivalente das esferas do trabalho e da família. Ambivalente porque se trabalho e família oferecem os principais vínculos de integração social, esses vínculos são, por outro lado, muito frequentemente precários. Em relação à vinculação orgânica, é razoável inferir que esse tipo de laço reflete aspectos da estrutura do mercado de trabalho no Brasil, caracterizado pelo alto grau de informalidade e precariedade, o que faz eco com os dados da pesquisa de Guimarães e colaboradores (2020). Sobre a vinculação familiar, e seu efeito regulador, inferimos que a solidariedade intergeracional em relação aos mais jovens ou aos mais velhos, quando ocorre, se deve ao fato de os entes familiares compartilharem uma moralidade segundo a qual o cuidado e o provimento de subsistência constituem a função precípua da unidade doméstica, sendo a contrapartida do cuidado a observância e obediência a um código rígido de autoridade paternal.

Os vínculos de participação eletiva, especialmente através da igreja, mas também de relações de amizade constituídas em ambientes institucionais regulados como a escola, aparecem, na fala dos entrevistados, como um meio possível para tentar equacionar déficits de recursos capacitadores no seio doméstico/familiar ou do próprio espaço escolar. Como já observado na seção anterior, o que notamos, ao todo, é um quadro de integração social precária através do binômio trabalho-família, em que os vínculos de participação eletiva são mobilizados para dinamizar um baixíssimo nível de capital social, perante a grande fragilidade e deterioração dos vínculos de cidadania.

As ambivalências apontadas mostram que, do ponto de vista normativo, a fraqueza cumulativa de vínculos sociais mais elementares gera uma integração social restrita, marcada por déficits de proteção e

⁵ De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1995 e suas alterações supervenientes – a assistência social consiste em política de Seguridade Social de caráter não contributivo, voltada a prover os mínimos sociais. A Lei prevê garantias bastante gerais como ‘proteção social’ e ‘proteção a falia’ a algumas garantias específicas, como “[...] a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (art. 2º, Inciso I, alínea ‘e’ da referida lei) (Brasil, 1995). Na visão dos entrevistados, a assistência social abrange toda sorte de benefício provido pelo Estado ou pelos governos, como Bolsa Família, por exemplo.

reconhecimento. Por outro lado, a fragilidade dos vínculos e a escassez de recursos mobilizáveis através deles, dão também ocasião a modos de resistência à exclusão. Isto acontece, por exemplo, quando, confrontadas pela desqualificação social, as pessoas procuram e encontram respaldo e oportunidades de desenvolvimento pessoal pelo manejo ativo e estratégico dos seus vínculos sociais. O modelo de análise que esboçamos neste estudo poderia ser aplicado, por pesquisas futuras, a estratos sociais mais ou menos vulneráveis e mais ou menos afluentes. Investigar a dinâmica global dos vínculos sociais a partir das diferentes posições na estratificação socioeconômica permitiria chegar a conclusões mais abrangentes sobre a relação entre vínculos, regulação social e desigualdade no Brasil.

Referências

- Boltanski, L., & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2007). A Sociologia da capacidade crítica. *Antropolítica*, 23(2), 121-144.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (2020). *A justificação: sobre as economias da grandeza*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Boltanski, L. (2009). *De la critique : précis de sociologie de l'émancipation*. Paris, FR: Gallimard.
- Boltanski, L. (2015). A presença das pessoas ausentes. *Parágrafo*, 3(2), 147-156.
- Brasil. (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993*. Recuperada em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm
- Campos, L. A. (2016). Qual capacidade crítica? Relendo Luc Boltanski à luz de Margaret Archer. *Sociedade e Estado*, 31(3), 719-740. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016.00030008>
- Celikates, R. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. *Novos Estudos*, 1(93), 29-42. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200004>
- Dewey, J. (1985). *Experiencia y educación*. Buenos Aires, AR: Editorial Losada.
- Foessel M. (2008). Être reconnu: droit ou fantasma?. *Esprit*, 1(7), 61-75.
- Fricke, M. (2017). *Injusticia epistémica: el poder y la ética del conocimiento*. Barcelona, ES: Herder.
- Genard, J. L., & Cantelli, F. (2008). Êtres capables et compétents: lecture anthropologique et pistes pragmatiques. *SociologieS, Théories et Recherches*. Recuperado de <http://sociologies.revues.org/1943>
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78(6), 1360-1380.
- Guimarães, N. A., Paugam, S., & Prates, I. (2020). Laços à brasileira: desigualdades e vínculos sociais. *Tempo Social*, 32(3), 265-301. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.174291>
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, SP: Editora 34.
- Honneth, A. (2007). *Sofrimento de indeterminação: uma retualização da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, SP: Editora Singular, Esfera Pública.
- Honneth, A., & Anderson, J. (2011). Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, 1(17), 81-112. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i17p81-112>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2016). *Radiografia do Brasil Contemporâneo – RBC* (Relatório de pesquisa). Brasília, DF: IPEA.
- Lahire, B. (2002). *Portraits sociologiques*. Paris, FR: Collection Essai et Recherche.
- Offer, S. (2021). Negative social ties: prevalence and consequences. *Annual Review of Sociology*, 47(1), 177-196.
- Paugam, S. (2001). Les formes contemporaines de la pauvreté et de l'exclusion en Europe. *Études Rurales*, 1(159-160), 73-96. DOI: <https://doi.org/10.4000/etudesrurales.70>
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, SP: Educ & Cortez.
- Paugam, S. (2007). *Las formas elementales de la pobreza*. Madrid, ES: Alianza Editorial.
- Paugam, S. (2011). La solidarité organique à l'épreuve de l'intensification du travail et de l'instabilité de l'emploi. In S. Paugam (Org.), *Repenser la solidarité: l'apport des sciences sociales* (p. 379 - 396). Paris, FR: Quadrige/PUF.
- Paugam, S. (2014). Intégration et inégalités: deux regards sociologiques à conjuguer. In S. Paugam (Org.), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (p. 1-25). Paris, FR: Presses Universitaires de France.

- Paugam, S. (2014c). L'épreuve de la disqualification parentale. In S. Paugam (Org.), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (p. 27-43). Paris, FR: Presses Universitaires de France.
- Paugam, S. (2017a). Durkheim e o vínculo aos grupos: uma teoria social inacabada. *Sociologias*, 19(44), 128-160. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004405>
- Paugam, S., Cousin, B., Giorgette, C., & Naudet, J. (2017b). *Ce que les riches pensent des pauvres*. Paris, FR: Seuil.
- Ramos, A. G. (1996). *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ.
- Renault, E. (2017). *L'expérience de l'injustice. Reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris, FR: Editions La Découverte.
- Renault, E. (2010). A critical theory of social suffering. *Critical Horizons*, 11(2), 221-241. DOI: <https://doi.org/10.1558/crit.v11i2.221>
- Rocha, E. F. (2017). *Três padrões de trabalho juvenil* (Texto para Discussão 2295). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Recuperado de <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7735>
- Rosenthal, G. (2014). História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. *Civitas*, 14(2), 227-249. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2014.2.17116>
- Sen, A. (2008). Éléments d'une théorie des droits humains. In J. Munck, & B. Zimmermann (Orgs.), *La liberté au prisme des capacités. Amartya Sen au-delà du libéralisme* (p. 139-184). Paris, FR: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Serra, P. M., & Bicudo, M. C. (2019). Desigualdades e laços Sociais: por uma renovação da teoria do vínculo: entrevista com Serge Paugam. *Plural*, 26(1), 208-232. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2019.159915>
- Silva, L. A. M. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19(1), 53-84. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922004000100004>
- Simmel, G. (1998). *Les pauvres*. Paris, FR: Presses Universitaires de France- PUF.
- Talja B., Floris N. (2008). The weakness of weak ties: Social capital to get ahead among the urban poor in Rotterdam and Amsterdam. In *Networked Urbanism*. Blokland & Savage.
- Valeyre, A. (2014). L'organisation du travail et ses effets sur l'intégration professionnelle. In S. Paugam (Org.), *L'intégration inégale: force, fragilité et rupture des liens sociaux* (p. 243-260). Paris, FR: Presses Universitaires de France.
- Van de Velde, C. (2014). La famille à l'épreuve de la crise. In S. Paugam (Org.), *L'intégration inégale. Force, fragilité et rupture des liens sociaux* (p. 27-43) Paris, FR: Presses Universitaires de France.